

Maio 2020

Balanço Ministério da Economia

#TODOS POR TODOS
gov.br/todosportodos

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Plano de Saúde Econômica

Valor total
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
R\$ 1,27 tri

Impacto Fiscal
R\$ 407,7 bilhões

Impacto Primário (no fim de 2020)
R\$ 356,8 bilhões

Valor total **MINISTÉRIO DA ECONOMIA** **R\$ 1,27 tri**



Até R\$ 218,8 bilhões

para a **população mais vulnerável e trabalhadores.**

Impacto fiscal: R\$ 128,9 bilhões



R\$ 23,2 bilhões

para o **combate à pandemia** (envio de recursos e medidas para garantir insumos, tratamento e proteção às pessoas).

Impacto fiscal: R\$ 20,9 bilhões



Até R\$ 181,7 bilhões

de **auxílio a Estados e Municípios.**

Impacto fiscal: R\$ 143,9 bilhões



Até R\$ 537,8 bilhões

em medidas de **fluxo de caixa e programa para emprego nas empresas.**

Impacto Fiscal de R\$ 51,6 bilhões.



MEDIDAS DE CRÉDITO

Ministério da Economia

Total: **R\$ 307,0 bilhões**

Isso inclui crédito para empresas em diversos programas como para financiar folha de pagamento, setor de saúde, posterga financiamentos atuais e até melhorias de crédito para aposentados do INSS.

Impacto fiscal de **R\$ 62,4 bilhões**

Medidas Banco Central do Brasil

Liberação de Liquidez de Capital:

R\$ 2,7 trilhões



Até R\$ 218,8 bilhões para população vulnerável e trabalhadores

Impacto fiscal: R\$ 128,9 bilhões

Medida	Auxílio emergencial	Inclusão de 1,2 milhão de famílias no Bolsa Família	Pagamento da conta de luz da população de baixa renda	Antecipação do Abono Salarial	Saque FGTS com saldo do PIS/Pasep
Como é?	Não havia programa federal nesse sentido	Necessidade de diminuir a fila de espera no programa	Pagamento convencional da conta de luz. Estrangulamento da renda nas periferias	Os beneficiados podem sacar o abono de acordo com calendário que se estende de julho/20 a jun/21	Cotistas do PIS e do Pasep não sacam recursos. Saques no FGTS têm regras rígidas
Com fica?	54 milhões de informais, desempregados, MEIs, famílias de baixa renda e trabalhadores intermitentes que estejam no momento sem receber, receberão por 3 meses R\$ 600	Mais recursos para população mais vulnerável para compra de alimentos para fortalecer sistema imunológico contra o Coronavírus	9 milhões de famílias de baixa renda com consumo mensal inferior ou igual a 220 quilowatts-hora (kWh) isentas de pagar a conta de luz entre 1º de abril a 30 de junho deste ano	Beneficiários com abono programado para 2020 e com conta na CEF ou BB receberão em junho/20. Demais seguem cronograma	Governo continua a garantir saques no PIS/Pasep, mas libera saque extraordinário de até R\$ 1.045 para cotistas do FGTS
Ato	Medidas Provisórias nº 937 e 956	Medida Provisória nº 929, de 25/03/20	Medida Provisória nº 949 08/04/20	Resolução CODEFAT 857 01/04/2020	Medida Provisória nº 946 de 07/04/20
IMPACTO FISCAL	R\$ 123,9 bilhões ou mais	R\$ 3,04 bilhões	R\$ 900 milhões	-	-
IMPACTO ECONÔMICO	R\$ 123,9 bilhões ou mais	R\$ 3,04 bilhões	R\$ 900 milhões	R\$ 6,5 bilhões fonte CODEFAT (apenas com conta BB e CEF)	R\$ 36,2 bilhões
status/como acessar	Em vigor	Em vigor	Em vigor	Em vigor	Saques entre junho a dezembro



Até R\$ 218,8 bilhões para população vulnerável e trabalhadores

Impacto fiscal: R\$ 128,9 bilhões

Medida	Antecipação de 13º beneficiários INSS	Pausa no reajuste do preço de remédios	Antecipação de um salário mínimo para auxílio-doença
Como é?	1ª parcela Agosto (até 1 SM) ou Setembro (demais) e 2ª parcela Novembro (até 1 SM) e Dezembro (demais)	Reajuste entraria em vigor em 1º de abril	Concessão convencional de benefício
Como fica?	1ª parcela Abril (até 1 SM) ou Maio (demais) e 2ª parcela Maio (até 1 SM) e Junho (demais)	Adiado para 1º de junho reajuste dos preços dos medicamentos	Antecipação de um salário mínimo por até três meses para segurados do INSS com direito ao auxílio-doença. Concessão sem a realização de perícia médica enquanto durar regime de plantão das agências
Ato	Medida Provisória nº 927 de 22/03/20	Medida Provisória nº 933 31/03/20	Portaria 9.381 INSS e SEPRET
IMPACTO FISCAL	-	-	-
IMPACTO ECONÔMICO	R\$ 47,2 bilhões	Incerto	-
status/como acessar	Em vigor. Pagamento automático	Benefício já em vigor para a população	Em vigor



Até R\$ 218,8 bilhões para população vulnerável e trabalhadores Impacto fiscal: R\$ 128,9 bilhões

Medida	Desoneração temporária de PIS/Cofins para medicamentos específicos	Segurança alimentar
Como é?	Medicamentos onerados com alíquotas variadas	Necessidade de recursos para evitar fome
Como fica?	Até 1º de outubro estão zeradas as alíquotas de PIS/Cofins	Recursos para agricultores que doarão alimentos a famílias com insegurança alimentar
Ato	Decreto 10.318	MP 957
IMPACTO FISCAL	R\$ 566 milhões	R\$ 500 milhões
IMPACTO ECONÔMICO	R\$ 566 milhões	R\$ 500 milhões
status/como acessar	Em vigor	Em vigor



Até R\$ 218,8 bilhões para população vulnerável e trabalhadores

Impacto fiscal: R\$ 128,9 bilhões

Medida	INSS libera pagamento em conta corrente	Prorrogação automática na concessão do auxílio-doença	Questões previdenciárias internacionais por e-mail
Como é?	Transferência tinha restrições	Não havia a prorrogação	Não havia regra que permitisse esse trâmite por e-mail
Como fica?	INSS autoriza a transferência do pagamento de benefícios para modalidade de conta corrente	INSS autorizou a prorrogação automática por seis vezes na concessão dos benefícios de auxílio-doença na crise do Covid	Facilitada a aplicação dos Acordos Internacionais de Previdência Social pelas agências do INSS
Ato	Portaria nº 543 - INSS	Portaria nº 552	Portaria nº 544 - INSS
IMPACTO FISCAL	-	-	-
IMPACTO ECONÔMICO	-	-	-
status/como acessar	Em vigor	Em vigor	Em vigor



R\$ 23,2 bilhões para o combate à pandemia

Impacto fiscal: R\$ 20,9 bilhões

Medida	Adiamento do Censo	Crédito para Fundação Oswaldo Cruz	Crédito Saúde, Educação, Cidadania, Justiça, Mulher e Presidência	Recursos para vacinas, ajuda a brasileiros no exterior e Defesa
Como é?	Realização do Censo pelo IBGE	-	Pedidos para ampliação dos orçamentos dos ministérios	Ministérios com rígida restrição orçamentária
Como fica?	Destinação do dinheiro para a Saúde	Abertura de crédito extraordinário	Abertura de crédito no orçamento para ação específica “Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus”	Crédito para vacinas (MCTIC), ajuda a brasileiros no exterior (MRE) e Defesa
Ato	-	Medida Provisória nº 940	Medidas Provisórias nº 924, 941 e 942	Medidas Provisórias nº 929 e 921
IMPACTO FISCAL	-	R\$ 457 milhões	R\$ 7,85 bilhões	R\$ 393 milhões
IMPACTO ECONÔMICO	R\$ 2,3 bilhões	R\$ 457 milhões	R\$ 7,85 bilhões	R\$ 393 milhões
status/como acessar	Medida em construção	Recursos disponibilizados aos ministérios	Recursos disponibilizados aos ministérios	Recursos disponibilizados aos ministérios



R\$ 23,2 bilhões para o combate à pandemia

Impacto fiscal: R\$ 20,9 bilhões

Medida	Crédito para o Ministério da Saúde	Decretação de calamidade pública	Orçamento de Guerra	Auxílio às Santas Casas e Hospitais sem fins lucrativos
Como é?	Necessidade de reforço do orçamento do Ministério da Saúde	A meta fiscal de déficit de até R\$ 124,1 bilhões em de 2020	Faltam instrumentos para emergência fiscal	Faltam recursos para os hospitais filantrópicos
Como fica?	Abrimos também novo crédito extraordinário para o Ministério da Saúde para ações de enfrentamento ao novo coronavírus	Suspende a necessidade de cumprir a meta fiscal do ano	Flexibiliza regras fiscais para enfrentamento da crise (ampliação de despesa, renúncia de receita e regra de ouro) e dá permissão BC adquirir ativos financeiros privados em mercado	Transferência de recursos públicos para dar suporte aos hospitais de apoio à rede SUS
Ato	Medida Provisória nº 947	Decreto Legislativo (PDL) 88/20	PEC 10/2020/EC 106	Lei 13.995/2020
IMPACTO FISCAL	R\$ 2,6 bilhões	Ampliação do déficit primário	-	R\$ 2 bilhões
IMPACTO ECONÔMICO	R\$ 2,6 bilhões	Incalculável ainda	-	R\$ 2 bilhões
status/como acessar	Em vigor	Em vigor	Emenda Constitucional 106	Em vigor



R\$ 23,2 bilhões para o combate à pandemia

Impacto fiscal: R\$ 20,9 bilhões

Mais insumos para combater a Pandemia

Medida	Suspensão de direitos antidumping de produtos médico-hospitalar	Redução a zero das alíquotas de importação para produtos de uso médico-hospitalar	Licença não automática para exportação de produtos médicos	Desoneração temporária de IPI para bens de combate à Covid-19	Priorizar desembaraço aduaneiro de produtos de uso médico-hospitalar
Como é?	Brasil aplicava regra para impedir importação predatória	Vários produtos médicos tributados na importação (mín 2%, máx 35%, média 12%)	Produtos necessários ao combate à Covid-19 poderiam sair rapidamente do país	Vários produtos médicos tributados na importação (IPI mín 2%, máximo 15%, média 8%)	Produtos seguiam trâmite convencional
Como fica?	Suspensão até 30/09/20 dos direitos antidumping às importações brasileiras de seringas descartáveis da China e de tubos para coleta de sangue da Alemanha, China, Estados Unidos e Reino Unido	Isenção para mais de 300 itens como álcool, cloroquina, azitromicina, kits de teste, ventiladores, kits de entubação, termômetros, agulhas e luvas	Licença não automática para manter produtos necessários ao combate à Covid-19 no país e abastecer hospitais locais	Isenção para itens como álcool em gel, óculos, viseiras de segurança, cateter, luvas, tubos e máscaras	Medida para manter fluxo rápido de abastecimento de produtos como álcool em gel, luvas, óculos e viseiras, máscaras, compressas, itens cirúrgicos e respiradores
Ato	Resolução Camex ⁹ 23 de 25/03/20	Resoluções da Camex 17, 22, 28, 31, 33	Portaria SECEX de 18/03/20	Decreto 10.285 20/03/20 e Decreto 10.302 1 ^o /04/20	IN-RFB 1.927 de 17/03 IN RFB 1.929, 26/03/20
IMPACTO FISCAL	-	R\$ 3 bilhões	-	R\$ 685 milhões	-
IMPACTO ECONÔMICO	-	R\$ 3 bilhões	Incalculável	R\$ 685 milhões	Incalculável
status/como acessar	Em vigor	Em vigor	Em vigor	Em vigor	Em vigor



R\$ 23,2 bilhões para o combate à pandemia

Impacto fiscal: R\$ 20,9 bilhões

Mais insumos para combater a Pandemia

Medida	Abertura de crédito extraordinário para MCTIC e MRE	Ampliação de testes	Articulação com indústria nacional para fabricação de respiradores e outros equipamentos médicos	Aceleração de startups relacionadas a inovações médicas para combate ao COVID-19
Como é?	-	-	Articulação com entidades empresariais, empresas privadas, bancos públicos e privados, agências de governo e ministérios	Identificação de startups que podem oferecer soluções inovadoras para enfrentar a crise. Conexão com ministérios, investidores e empresas.
Como fica?	A verba será utilizada em atividades de enfrentamento da emergência de saúde pública	Reforço do orçamento do Ministério da Saúde para a compra de testes	Aumento da capacidade de produção nacional de ventiladores pulmonares e EPIs: 10x em máscaras TNT; 5x em ventiladores pulmonares; e 3x em álcool em gel	Startups devem cadastrar-se no site da ABStartups. Os Demodays são transmitidos ao vivo toda semana no canal do Youtube do InovAtiva Brasil
Ato	Medida Provisória nº 962	Ainda sem dotação	-	-
IMPACTO FISCAL	R\$ 419 milhões	R\$ 3,5 bilhões	-	-
IMPACTO ECONÔMICO	R\$ 419 milhões	R\$ 3,5 bilhões	-	-
status/como acessar	Em vigor	Em vigor	Relacionamento direto junto à SDIC/SEPEC/ME	https://www.inovativabrasil.com.br/coronavirus/ http://youtube.com/c/InovAtivaBrasilOficial



R\$ 23,2 bilhões para o combate à pandemia

Impacto fiscal: R\$ 20,9 bilhões

Mais insumos para combater a Pandemia

Medida	Procedimentos de compras públicas mais ágeis	Imóveis públicos vão ajudar no combate ao coronavírus	Doações	Plataforma Todos por Todos	Campanha StartupsxCovid19
Como é?	Procedimentos burocráticos convencionais	União com estoque de R\$ 1 trilhão	Governo não podia liderar grandes campanhas de arrecadação de doativos	Inexistência de um canal único para doação	-
Como fica?	As principais ações estão focadas em desburocratizar o acesso aos insumos de saúde e incentivar a economia do país. Todas as orientações em logística pública no combate à Covid-19 estão reunidas e podem ser encontradas no Portal de Compras Governamentais	Imóveis e áreas da União com potencial de uso para os hospitais estão sendo mapeados para serem utilizados como hospitais de campanha	Amplia formas de doações para o governo federal por cidadãos e empresas. O governo poderá receber doativos, desde que não envolva compensação financeira ao doador. O governo arca com os custos e logística de transporte para a entrega e o atendimento a determinada política pública indicada pelo doador	Plataforma para empresas, entidades e sociedade em geral oferecer serviços e produtos gratuitos ou em caráter de emergência: www.gov.br/todosportodos	Ministério da Economia convida startups a apresentarem soluções inovadoras para enfrentar a crise em áreas como prevenção do contágio, tratamento e soluções para trabalho remoto.
Ato	Medida Provisória nº 926	-	Decreto 10.314	-	http://bit.ly/StartupVsCovid19
IMPACTO FISCAL	-	-	-	-	-
IMPACTO ECONÔMICO	Incalculável	Incalculável	Incalculável	Incalculável	Incalculável
status/como acessar	Em vigor	Em estudo pela Secretaria de Desestatização	Em vigor	Em vigor	Em vigor



R\$ 23,2 bilhões para o combate à pandemia

Impacto fiscal: R\$ 20,9 bilhões

Proteção e afastamento social

Medida	INSS por canais remotos	Mais serviços digitais	Suspensão da prova de vida dos beneficiários do INSS	Ajustes para servidores federais civis em teletrabalho	Certidões eletrônicas com agilidade
Como é?	Agências da Previdência Social abertas para o atendimento ao público	O governo federal chegou ao número de 600 serviços digitais oferecidos aos cidadãos como: emissão de carteira de trabalho, entrada em aposentadoria e emissão de certificado internacional de vacinação	Necessidade de ir a uma agência do INSS	Regras gerais para gestão de pessoas, em especial quanto ao teletrabalho	Para ter e-CNPJ, o empreendedor precisava ir à autoridade certificadora com a certidão da Junta Comercial em papel. A análise era manual: processo caro, pouco ágil e sujeitos a erros
Como fica?	O atendimento do INSS será realizado prioritariamente por meio dos canais remotos, como a Central 135 e o aplicativo “Meu INSS”. Durante essa fase, as agências físicas do INSS funcionarão em regime de plantão	No contexto da pandemia do coronavírus, foram incluídos 36 serviços como: registro de brasileiro com voo cancelado no exterior em função da Covid 19 e comunicação de férias coletivas	Não realizar a prova de vida pelos próximos quatro meses, a partir de março, por 120 dias	Determinações para os servidores públicos civis federais, em especial em trabalho remoto	Empreendedor poderá emitir certidão simplificada eletrônica na Junta Comercial e agendar videoconferência com a autoridade certificadora
Ato	Portaria 8.024 ME/SEPT	-	Portaria INSS 373, de 16/03/20	Instrução Normativa nºs ME 19 e 28	Instrução Normativa nº 78
IMPACTO FISCAL	-	-	-	-	-
IMPACTO ECONÔMICO	Incalculável	Incalculável	Incalculável	Incalculável	Incalculável
status/como acessar	Em vigor	Acessar pelo gov.br	Em vigor	Em vigor	O ITI disponibiliza passo a passo para a Junta Comercial. Cada uma precisa adaptar seu sistema



R\$ 23,2 bilhões para o combate à pandemia

Impacto fiscal: R\$ 20,9 bilhões

Proteção e afastamento social

Medida	Prorrogação de contratos temporários de veterinários que executam auditoria fiscal agropecuária	Flexibilização das regras de licitações e contratos para toda a administração pública	Prorrogação automática na concessão do auxílio-doença	Flexibilização de regras para as Assembleias Gerais Ordinárias	Procedimentos especiais para operações enquadradas no Proagro
Como é?	-	-	Não havia a prorrogação	Assembleias de cooperativas, S.A. e limitadas devem ser realizadas em três meses após o término do exercício social	No Proagro, a comunicação de perdas pelo produtor deve ser feita no agente financeiro, que acionará perito para avaliação no campo
Como fica?	Evitará a finalização de contratos e serviços essenciais para o funcionamento do sistema de defesa e abastecimento durante a pandemia	As regras valerão até 31/12/20, tanto para o governo federal, quanto para os estaduais e as prefeituras	INSS autorizou a prorrogação automática por seis vezes na concessão dos benefícios de auxílio-doença na crise do Covid-19	Mais prazo para evitar aglomerações. Poderão fazer assembleias excepcionalmente no prazo de sete meses	Até 30/06, a comunicação pode ser feita de forma remota e eletrônica. A comprovação pode ser feita por sensoriamento remoto
Ato	Lei nº 13.966, 05/05/20	Medida Provisória nº 961	Portaria nº 552	MP 931	Resolução CMN 4.796
IMPACTO FISCAL	-	-	-	-	-
IMPACTO ECONÔMICO	-	-	-	-	-
status/como acessar	Em vigor	Em vigor	Em vigor		



Até R\$ 181,7 bilhões de Auxílio Extra a Estados e Municípios

Impacto fiscal: R\$ 143,9 bilhões

Medida	Repasso ao Fundo Nacional de Saúde	Suplementação SUAS Assistência Social	Repasses pelo FPE/FPM	Diferimento do PASEP e RGPS	Securitização de Dívida dos Estados
Como é?	Necessidade de recursos para o enfrentamento da pandemia. Os governadores pediram R\$ 2 bilhões	Necessidade de se assegurar regularidade de serviços e programas socioassistenciais para população mais vulnerável	FPE/FPM são repassados como proporção da arrecadação de impostos	Pleito dos governadores e prefeitos para ter maior caixa	Pleito dos governadores e prefeitos para securitização da dívida de estados e municípios
Como fica?	A União dobrou o repasse pedido pelos governadores. Repassou a mesma quantia para estados e municípios	Repasso será feito por meio do Fundo Nacional de Assistência Social	Repasso de até R\$ 4 bilhões por mês pelo período de quatro meses	Suspensão do pagamento das contribuições por dois meses	Possibilidade de dívidas com garantia da União serem repactuadas com economia para o Ente serem securitizadas até o limite de R\$ 20 bilhões
Ato	Medida Provisória nº 940	Medida Provisória 953	Medidas Provisórias nº 938 e nº 939	Portaria ME 139	PLP 39
IMPACTO FISCAL	R\$ 9 bilhões	R\$ 2,55 bilhões	R\$ 16 bilhões	-	-
IMPACTO ECONÔMICO	R\$ 9 bilhões	R\$ 2,55 bilhões	R\$ 16 bilhões	R\$ 3,9 bilhões	R\$ 20 bilhões
status/como acessar	Recursos já disponíveis para os repasses pelo Ministério da Saúde	Em vigor	Em vigor	Em vigor	Em vigor



Até R\$ 181,7 bilhões de Auxílio Extra a Estados e Municípios

Impacto fiscal: R\$ 143,9 bilhões

Medida	Mais transferências diretas fundo a fundo para Saúde	Repasse direto aos Estados	Repasse direto aos Municípios e DF	Suspensão de pagamentos de refinanciamento de dívidas previdenciárias	Suspensão das dívidas com a União
Como é?	Além dos R\$ 9 bilhões já repassados, havia a necessidade de mais transferências para estados e municípios	Pleito dos governadores	Pleito dos prefeitos	-	Necessidade de suspensão do pagamento das parcelas de dívidas com a União. Alguns estados e municípios já tem liminares
Como fica?	Repasse de mais recursos	Repasse sem contrapartida	Repasse sem contrapartida	Suspensão das parcelas até dezembro 2020. Parcelas serão reescaladas	Suspensão até dezembro 2020
Ato	-	-	-	-	-
IMPACTO FISCAL	R\$ 10 bilhões	R\$ 30 bilhões	R\$ 20,154 bilhões	R\$ 5,6 bilhões	R\$ 35,3 bilhões
IMPACTO ECONÔMICO	R\$ 10 bilhões	R\$ 30 bilhões	R\$ 20,154 bilhões	R\$ 5,6 bilhões	R\$ 35,3 bilhões
status/como acessar	PLP 39	PLP 39	PLP 39	PLP 39	PLP 39



Até R\$ 181,7 bilhões de Auxílio Extra a Estados e Municípios

Impacto fiscal: R\$ 143,9 bilhões

Medida	Suspensão das dívidas com organismos multilaterais e outras Instituições Financeiras	Suspensão de dívidas com bancos federais	Contratações com recursos de transferências da União ganham mais prazo	Prorrogação de convênios que venciam durante o ano	Transferência suplementar ao Fundo Nacional de Saúde
Como é?	Necessidade de suspensão do pagamento das parcelas de dívidas com a União	Necessidade de suspender o pagamento	Prazos para execução dos convênios com transferência de recursos da União para prefeituras ou estados são determinados pelo porte e complexidade de cada projeto	Vários convênios seriam interrompidos com a prestação de serviço sem conclusão	Necessidade de mais aportes para a Saúde
Como fica?	Suspensão até dezembro 2020	Suspensos em 2020. Impacto já não considera suspensões por decisões judiciais que somam R\$ 6 bilhões	Prazos de contratações com recursos de transferências da União são flexibilizados para manter a continuidade das parcerias e auxiliar os convenientes durante a calamidade pública	O governo prorrogou até 31 de dezembro o prazo para as transferências voluntárias da União que venceriam ao longo do ano para estados e municípios. As transferências garantem obras como pavimentação de ruas, construção de quadras esportivas e implantação de sistema de abastecimento de água, por exemplo	Aumento dos repasses
Ato	-	-	Portaria Interministerial nº 134/20	Decreto 10.315	Em análise
IMPACTO FISCAL	R\$ 10,7 bilhões	-	-	-	R\$ 4,5 bilhões
IMPACTO ECONÔMICO	R\$ 10,7 bilhões	R\$ 13,9 bilhões	-	-	R\$ 4,5 bilhões
status/como acessar	PLP 39:	PLP 39	Em vigor	Em vigor	Em análise



Até R\$ 181,7 bilhões de Auxílio Extra a Estados e Municípios

Impacto fiscal: R\$ 143,9 bilhões

Medida	Repasse de recursos aos sistemas estaduais e municipais de saúde	Mais prazo para informar Valor de Terra Nua	Realocação de recursos pelo ME reforçando a destinação de verbas para ações de saúde de combate à Covid-19	Suspensão temporária de pagamentos relativos a financiamentos para saneamento básico
Como é?	-	Prazo terminaria em 30 de abril	-	-
Como fica?	Os repasses visam habilitação de novos leitos de UTI, com recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	A Receita Federal prorrogou para 30 de junho o prazo para que os municípios e o Distrito Federal enviem informações sobre o Valor da Terra Nua (VTN) dos terrenos situados em seus domínio	Recursos, dentro do orçamento, para atividades de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19 no AM, MS, e TO	Garante a continuidade do serviço, bem como contribuir para a manutenção da saúde financeira das empresas que prestam esse serviço
Ato	Portarias ME 1.111, 1.109, 1.093, 1.092, 1.091, 1.089, 1.088, 1.087, 1.086 e 1.085	Instrução Normativa RFB 1.939	Portaria ME 11.097, de 29/04/20	Resolução Codefat 963
IMPACTO FISCAL	R\$ 85,1 milhões	-	R\$ 58,4 milhões	-
IMPACTO ECONÔMICO	R\$ 85,1 milhões	-	R\$ 58,4 milhões	-
status/como acessar				



Até R\$ 537,8 bilhões em medidas para preservar o emprego e fluxo de caixa das empresas

Impacto Fiscal – R\$ 51,6 bilhões

Medida	Medidas de preservação do emprego	Adiamento da contribuição Previdenciária, do PIS/PASEP e COFINS	Diferimento do prazo de pagamento do FGTS	Diferimento da parte da União no Simples Nacional por 3 meses
Como é?	Já havia algumas regras para prevenir demissões em massa como as usadas na crise de 2009	Pagamento ordinário	Pagamento mensal	Pagamento mensal
Como fica?	Programa completo com vários itens como recebimento de benefício calculado com base no valor do seguro-desemprego caso a pessoa fosse demitida	Pagamento da contribuição previdenciária de empresas e empregador doméstico, de PIS/PASEP, COFINS de abril e maio passa para agosto e outubro de 2020, respectivamente.	Postergação do pagamento por 3 meses	Adiamento por três meses
Ato	MP 935 e 936, de 1º/04/20	Portaria ME 139	MP 927 - 23/03/20	Res. Comitê Gestor do Simples 18/03/20
IMPACTO FISCAL	R\$ 51,6 bilhões	-	-	-
IMPACTO ECONÔMICO	R\$ 51,6 bilhões	R\$ 74,4 bilhões	R\$ 30 bilhões	R\$ 22,2 bilhões
status/como acessar	Já em vigor. Empresa registra o acordo com funcionários pelo aplicativo "empregador web" e não é preciso fazer mais nada. Trabalhador recebe na sua conta 30 dias depois do registro. Até agora, 200 mil empresas já registraram	Em vigor desde 03 de abril	Em vigor	Em vigor



Até R\$ 537,8 bilhões em medidas para preservar o emprego e fluxo de caixa das empresas

Impacto Fiscal – R\$ 51,6 bilhões

Medida	Redução de 50% nas contribuições do Sistema S	Medidas para ressarcimentos de voos e outros serviços	Mais prazo para a entrega da DCTF e EFD-Contribuições à Receita Federal	Simplificação na contratação de crédito e dispensa de documentação (CND) para renegociação de crédito	Suspensão de atos de cobrança e facilitação de renegociação de dívidas pela PGFN
Como é?	Pagamento mensal	Dúvidas sobre cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em função da pandemia	A apresentação de Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) devem ser entregues até o 15º dia útil. Prazo para transmissão das EFD-Contribuições (PIS/PASEP, da COFINS e da Contribuição Previdenciária) é o 10º dia útil de cada mês	Aguardando retorno da RFB	Andamento normal dos processos
Como fica?	Redução de metade das contribuições do Sistema S por 3 meses	Empresas não serão obrigadas a reembolsar de imediato, mas têm de garantir remarcações ou crédito. Se o consumidor ainda optar pela restituição, empresas terão até 12 meses para pagar	DCTF de abril, maio e junho podem ser entregues até o 15º dia útil do mês de julho/20. Obrigação de entregar EDF-Contribuições dos meses abril, maio e junho de 2020 é prorrogada para o 10º dia útil de julho de 2020 sem multa por atraso na entrega	Simplificação das exigências para contratação de crédito e dispensa de documentação (CND) para renegociação de crédito - Prorrogação de validade das CNDs	Suspensas, por 90 dias, cobranças administrativas como apresentação a protesto de certidões de dívida ativa ou a instauração de novos Procedimentos Administrativos de Reconhecimento de Responsabilidade - PARR.
Ato	MP Nº 932, 31/03/20	Medida Provisória 948	Instrução Normativa RFB Nº 1.932	MP 927 e Portaria RFB/PGFN 555, 23/03/20. PLN2	Portaria PGFN 7.821 18/3/20 e Portaria ME 103, de 17/03/20
IMPACTO FISCAL	-	-	-	-	-
IMPACTO ECONÔMICO	R\$ 2,2 bilhões	Incalculável	Até R\$ 200 bilhões	R\$ 24 bilhões	R\$ 120 bilhões
status/como acessar	Em vigor	Em vigor. Solicitação tem de ser feita dentro de 90 dias a partir da publicação da MP	Ato já publicado, sem requisitos para o cumprimento por parte do contribuinte	Em vigor	Em vigor



Até R\$ 537,8 bilhões em medidas para preservar o emprego e fluxo de caixa das empresas

Impacto Fiscal – R\$ 51,6 bilhões

Medida	Articulação aduaneira contra a Covid-19	INMETRO aprimora ações no combate ao coronavírus	INMETRO suspende prazo para apresentação de defesa	Canal de diálogo permanente com o setor produtivo	Website gov.br/VamosVencer
Como é?	-	Processo convencional de avaliação da conformidade	Prazos convencionais para apresentação de defesa e interposição de recurso nos processos administrativos de apuração de infração administrativa	Controle de todas as contribuições de ação recebidas pelo setor produtivo (mais de 1.400)	Transparência quanto às ações já implementadas pelo governo no combate aos efeitos econômicos da COVID-19
Como fica?	Fica instituído o Centro Operacional Aduaneiro de Gestão da Crise gerada pela Pandemia da Doença pelo Coronavírus 2019 (Cogec-Covid-19)	INMETRO aprova condições extraordinárias para realização das atividades de avaliação da conformidade durante a pandemia do coronavírus (COVID-19)	Suspende os prazos para apresentação	Reuniões semanais de retorno com as principais associações de classe, dando transparência quanto às ações realizadas pelo governo no combate aos efeitos econômicos da COVID-19	Acesso amplo a toda a população
Ato	Portaria 601	Portaria INMETRO 111/2020	Portaria INMETRO 105/2020	-	-
IMPACTO FISCAL	-	-	-	-	-
IMPACTO ECONÔMICO	Incalculável	-	-	-	-
status/como acessar	Em vigor	Em vigor	Em vigor	Contribuições encaminhadas por associações de classe à SEPEC	Gov.br/VamosVencer



Até R\$ 537,8 bilhões em medidas para preservar o emprego e fluxo de caixa das empresas

Impacto Fiscal – R\$ 51,6 bilhões

Medida	Adiamento da rescisão de parcelamentos pela PGFN	Autorização da criação de plataforma digital de intermediação de mão de obra, no âmbito do Sine	Prorrogação do prazo para exportações por meio do regime especial de <i>drawback</i>	Nova regra para os contratos de parcelamento de débito do FGTS
Como é?	Prorrogação existia, mas para outras hipóteses	-	Nesse regime, há suspensão ou eliminação de tributos sobre insumos importados para utilização em produto exportado	-
Como fica?	Suspensão por 90 dias, a rescisão de parcelamentos de contribuintes que venham a ficar em atraso nos pagamentos das parcelas com a Fazenda Nacional a partir do mês de fevereiro de 2020	Vai promover e facilitar a contratação de profissionais para atuar no enfrentamento da emergência de saúde pública	A medida dará fôlego às empresas para cumprirem os compromissos de exportação. A prorrogação será por um ano	A regra, excepcional e transitória, será para os contratos de parcelamento que vierem a ser firmados até 31/12/20
Ato	Portaria PGFN nº 10.205	Resolução Codefat 860	Medida Provisória nº 960	Resolução Codefat 961
IMPACTO FISCAL	-	-	-	-
IMPACTO ECONÔMICO	-	-	-	-
status/como acessar	Em vigor	Em vigor	Em vigor	Em vigor (29 de abril)



Até R\$ 537,8 bilhões em medidas para preservar o emprego e fluxo de caixa das empresas

Impacto Fiscal – R\$ 51,6 bilhões

Medida	Website gov.br/todosportodos/cursos	Mais prazo para DIRF	Mais prazo para serviços de telecomunicações
Como é?	Plataforma que reúne centenas de cursos online e gratuitos aos trabalhadores brasileiros		Pagamento convencional
Como fica?	Acesso amplo a toda a população	Postergação (60 dias) da entrega DIRPF e do recolhimento do imposto e demais créditos tributários	Diferimento de tributos incidentes sobre a prestação de serviços de telecomunicações
Ato	-	IN RFB 1.934	MPV 952
IMPACTO FISCAL	-	-	-
IMPACTO ECONÔMICO	-	R\$ 10 bilhões	R\$ 3,4 bilhões
status/como acessar	Gov.br/TodosPorTodos/Cursos		

MEDIDAS DE CRÉDITO



**TOTAL Ministério
da Economia**

R\$ 307,0 bilhões

Impacto fiscal de
R\$ 62,4 bilhões



CRÉDITO PARA AS FAMÍLIAS: Injeção de R\$ 29,6 bilhões com possibilidade de postergação de operações. Impacto fiscal de R\$ 4,6 bilhões

Medida	Crédito mais barato para beneficiário do INSS	Zerar IOF por 90 dias
Como é?	Juro máx. de 2,08% ao mês. Prazo máximo: 72 meses. Taxa máx. do cartão de crédito de 3% ao mês	Alíquota variável, podendo chegar a 3,38%
Como fica?	Juro máx. de 1,80% ao mês. Prazo máximo: 84 meses. Taxa máx. do cartão de crédito de 2,70% ao mês	Redução a zero da alíquota de IOF incidente sobre operação de crédito contratadas no período de 90 dias
Ato	Res. CNPS 1338 17/03/20	Decreto 10.305, de 1º/04/20
IMPACTO FISCAL	-	R\$ 4,585 bilhões
IMPACTO ECONÔMICO	R\$ 25 bilhões	R\$ 4,585 bilhões
status/como acessar	Em vigor	Em vigor

CRÉDITO PARA SETOR DA SAÚDE



R\$ 7 bilhões

Sem impacto fiscal

Medida	Crédito da Caixa para Santas Casas	Crédito para aplicação na oferta de leitos de UTI	Suspensão dos pagamentos de financiamentos do BNDES para o setor privado de saúde
Como é?	Necessidade de reforço de crédito para as Santas Casas	O BNDES tinha linhas, mas havia demanda para novos empréstimos e pressa para aprovação para novas operações para o setor	Pagamentos dos financiamentos conforme fluxo de caixa previsto no contrato
Como fica?	Ampliação dos recursos destinados ao banco para o enfrentamento da pandemia em Santas Casas. Primeiramente, a Caixa anunciou R\$ 3 bilhões e depois reforçou com mais R\$ 2 bilhões	Crédito do BNDES para aumento de leitos de UTI, materiais e equipamentos. A quantidade de leitos pode ser ampliada em 3 mil (10% disponibilidade atual do SUS)	A possibilidade de suspensão de juros remuneratórios como feito para os demais setores. Essas operações somam R\$ 2 bilhões e estão dentro dos dados gerais contabilizados à frente
Ato	-	-	-
IMPACTO FISCAL	-	-	-
IMPACTO ECONÔMICO	R\$ 5 bilhões	R\$ 2 bilhões	
status/como acessar	Já disponível	BNDES já analisa 20 pedidos de novas operações no valor de R\$ 504 milhões	Pedido de suspensão já disponível



MEDIDAS DE CRÉDITO PARA A MANUTENÇÃO DOS EMPREGOS NAS EMPRESAS R\$ 270,4 bilhões

Impacto fiscal: 57,8 bilhões

Medida	Programa Emergencial de Suporte a Empregos	Linha de capital de giro da Caixa MPME, imobiliário e construção	Linha da CAIXA para compra de carteira	Linha da CAIXA para crédito agrícola	Crédito para o setor imobiliário
Como é?	Necessidade de proteção de emprego e trabalho no momento de paralisação da atividade por causa do isolamento social	Necessidade de ampliação de crédito para capital de giro para pequenas, médias e microempresas, além de setor imobiliário e construção	Necessidade de ampliação de crédito para capital de giro para enfrentamento da crise	Necessidade de ampliação de crédito para financiamento de safra para enfrentamento da crise	Necessidade de ampliação de linha de financiamento
Como fica?	Financiamento da folha de pequenas e médias por dois meses. Dinheiro vai diretamente para o funcionário de 1,4 milhão de pequenas e médias empresas, que terão até 30 meses para pagar	Caixa destinou R\$ 40 bilhões e depois anunciou mais R\$ 20 bilhões de recursos novos para esses setores	Caixa destinou R\$ 30 bilhões e depois anunciou mais R\$ 120 bilhões de recursos novos para compra de carteira de crédito	Caixa destinou R\$ 5 bilhões e depois anunciou mais R\$ 1 bilhão de recursos novos para crédito agrícola	Caixa anunciou R\$ 43 bilhões de novos recursos para o financiamento habitacional que, segundo o banco, poderão beneficiar mais de 5 milhões de famílias preservando mais de 1,2 milhão de empregos.
Ato	MP 943	-	-	-	-
IMPACTO FISCAL	R\$ 34 bilhões(17 bi/mês)	-	-	-	-
IMPACTO ECONÔMICO	R\$ 40 bilhões(R\$ 20 bi/mês)	R\$ 60 bilhões	R\$ 40 bilhões	R\$ 6 bilhões	R\$ 43 bilhões
status/como acessar	Já disponível	Recursos já disponibilizados pela Caixa	Recursos já disponibilizados pela Caixa	Recursos já disponibilizados pela Caixa	Recursos já disponibilizados pela Caixa



MEDIDAS DE CRÉDITO PARA A MANUTENÇÃO DOS EMPREGOS NAS EMPRESAS R\$ 270,4 bilhões

Impacto fiscal: 57,8 bilhões

Medida	Suspensão dos pagamentos de financiamentos indiretos do BNDES	Suspensão dos pagamentos de financiamentos diretos do BNDES	Reforço para MPMEs e inclusão de fintechs em linha do BNDES	Liberação de crédito para MPME com recursos do FAT	Zerar IOF por 90 dias
Como é?	Pagamento deve ser feito como acertado	Pagamentos dos financiamentos conforme fluxo de caixa previsto no contrato	Necessidade de ampliação do crédito para os pequenos. Fintechs não tinham direito à linha	Necessidade de ampliação de recursos para pequenas, médias e microempresas.	Alíquota variável, podendo chegar a 3,38%
Como fica?	Suspensão dos pagamentos das prestações com vencimento entre abril de 2020 (inclusive) e setembro de 2020 (inclusive). Nesse período de seis meses, poderão ser renegociadas as prestações (principal e/ou juros), incluindo parcelas de juros durante o período de carência	A possibilidade de suspensão de juros remuneratórios e principal por seis meses	Ampliação das linhas para os pequenos. O BNDES inclui as fintechs - companhias (startups) de serviços financeiros voltada para a ampliação do capital de giro para micro, pequenas e médias empresas	Limite de até R\$ 600 mil e prazo de 60 meses com carência de até 12 meses (a depender da disponibilidade de recursos do FAT), inclusive para o setor de turismo. Operação com prazo de até 120 meses, incluindo carência de até 30 meses	Redução a zero da alíquota de IOF incidente sobre operação de crédito contratadas no período de 90 dias
Ato	-	-	-	Resolução Codefat 851	Decreto 10.305, de 1º/04/20
IMPACTO FISCAL	-	-	-	-	R\$ 2,47 bilhões
IMPACTO ECONÓMICO	R\$ 11 bilhões	R\$ 19 bilhões	Até R\$ 5 bilhões	R\$ 5 bilhões	R\$ 2,47 bilhões
status/como acessar	A adesão não é automática. É preciso solicitar junto ao banco onde a operação foi contratada. BNDES já aprovou 11.700 operações (R\$ 800 mi)	Pedido de suspensão deve ser solicitado diretamente no site do BNDES. Banco já tem 427 pedidos de operação em análise. Somam R\$ 8,2 bi	Contratação pelo canal de MPME do BNDES. Banco já aprovou 1.022 operações de R\$ 200 mi	Disponibilizada pela Caixa	Em vigor



MEDIDAS DE CRÉDITO PARA A MANUTENÇÃO DOS EMPREGOS NAS EMPRESAS R\$ 270,4 bilhões

Impacto fiscal: 57,8 bilhões

Medida	Crédito Caixa para micro e pequenas empresas	Flexibilização de regras relativas às operações de crédito rural	Institui linha de crédito especial com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento	Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe
Como é?	Não havia essa linha de crédito específica	-	Linhas normais	Linhas normais
Como fica?	Caixa e Sebrae firmaram acordo para fornecer crédito (até R\$ 12,5 mil para MEI; R\$ 75 mil para micro e R\$ 125 mil para pequenas empresas) com garantia do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe)	Permitem a dispensa temporária de alguns requisitos normalmente exigidos nessas operações, tais como registros de documentos em cartório, entrega de notas fiscais e vistoria presencial das propriedades rurais	FDA, FNE e FCO poderão dispor de linhas especiais de crédito para capital de giro e investimento, com taxas de juros de 2,5% a.a.	Taxa de juros máxima SELIC + 1,25% com prazo de 36 meses
Ato	Convênio Caixa / Sebrae	Resolução CMN nº 4.810	Resolução CMN 4.798	Lei 1.282
IMPACTO FISCAL	Sem impacto fiscal	-	R\$ 431 milhões em quatro anos	R\$ 15,9 bilhões
IMPACTO ECONÓMICO	R\$ 12 bilhões	-	R\$ 6 bilhões	R\$ 15,9 bilhões
status/como acessar	Em vigor	Em vigor	Em vigor	Em vigor



MEDIDAS DE CRÉDITO PARA A MANUTENÇÃO DOS EMPREGOS NAS EMPRESAS R\$ 270,4 bilhões

Impacto fiscal: 57,8 bilhões

Medida	Autorização para as sociedades de crédito, financiamento e investimento a emitir CDBs	Redução temporária do requerimento de capital para as instituições do Segmento 5 (S5)	Adiamento da entrada em vigor da nova regulamentação do registro de recebíveis de cartões de pagamento	Liberação de R\$ 5 bilhões em financiamento para o setor do turismo
Como é?	-	-	Não havia regulamentação nesse sentido	-
Como fica?	A medida amplia as opções de instrumentos de captação de recursos disponíveis para esse segmento do SFN	Vai aumentar a capacidade das instituições do S5 de atravessarem a crise causada pela Covid-19 e de manterem o fluxo de crédito para a economia	O SFN ganha espaço para concentrar suas ações no combate à crise gerada pela Covid-19. O adiamento foi para 03/11/20	Recursos serão utilizados para apoiar empresas que estão sofrendo em função da pandemia do novo coronavírus
Ato	Resolução CMN nº 4.812	Resolução CMN nº 4.813	Resolução CMN nº 4.089 (decisão)	Medida Provisória nº 963
IMPACTO FISCAL	-	-	-	R\$ 5 bilhões
IMPACTO ECONÔMICO	-	-	-	R\$ 5 bilhões
status/como acessar	Em vigor	Em vigor	Em vigor	Em vigor



Medidas Banco Central do Brasil

Liberação de Liquidez e de Capital: R\$ 2,7 trilhões

Medida	Redução de compulsório	Mudança no Indicador de liquidez de curto-prazo (LCR)	Empréstimo com lastro em debêntures	Flexibilização das regras para captação via LCA	Redução da necessidade de capital próprio para a chamada "alavancagem"
Como é?	Regras convencionais de recolhimento de depósitos compulsórios, recursos que os bancos são obrigados a recolher ao Banco Central	Necessidade de mitigação do impacto do risco operacional causado pelos efeitos do coronavírus na economia	BC identificou disfunções no mercado de debêntures, um importante segmento de financiamento de médio e longo prazo para as empresas brasileiras	Necessidade de direcionar melhor os recursos captados em LCAs	Necessidade de deixar menos recursos nos caixas dos bancos para que façam operações
Como fica?	Redução temporária da alíquota de compulsório sobre recursos a prazo de 25% para 17%.	Redução da necessidade de as instituições financeiras carregarem outros ativos líquidos de alta qualidade	Criação de Linha Temporária Especial de Liquidez (LTEL): aceitação de debêntures adquiridas no mercado secundário para incentivar negociações para manutenção desse mercado secundário sem afetar as condições de caixa das instituições financeiras	A base de cálculo foi ajustada. Assim ficam flexibilizados o percentual de 100% de lastro na captação e de reinvestimento do valor captado em atividades afins	Redução do Adicional de Conservação de Capital Principal (ACCP) de 2,5% para 1,25% por um ano. Amplia a folga de capital em R\$ 56 bilhões
Ato	Circular BACEN 3.993	-	Resolução CMN 4.786	Resolução CMN 4.787	Resolução CMN 4.783
IMPACTO FISCAL	-	-	-	-	-
IMPACTO ECONÔMICO	Liberação total de R\$ 118 bilhões	Liberação de até R\$ 86 bilhões	Potencial de liberação de R\$ 91 bilhões	R\$ 6,3 bilhões em agro e adicional de liquidez a bancos de R\$ 2,2 bilhões	Expansão de cerca de até R\$ 637 bilhões em crédito
status/como acessar	Em vigor	Em vigor	Em vigor	Em vigor	Em vigor



Medidas Banco Central do Brasil

Liberação de Liquidez de Capital: 2,7 tri

Medida	Novo depósito a prazo com garantias especiais (NDPGE)	Maior possibilidade de os bancos recomprarem suas próprias letras financeiras	Operações compromissadas com lastro em títulos soberanos	Não dedução no capital dos efeitos tributários do over hedge de investimentos em participações no exterior	Empréstimo com lastro em LF garantidas por operações de crédito
Como é?	Esta linha de emissão com garantia foi usada em 2009 porem estava suspensa	Bancos podem comprar até de 5% da suas LFs, mas muitos fundos tinham necessidade de converter seus papéis em dinheiro	Necessidade de garantir liquidez em longo prazo para se contrapor à demanda por liquidez de curtíssimo-prazo por parte de famílias e empresas	Necessidade de dar segurança aos bancos para manterem e ampliar seus planos de concessões de crédito	Necessidade de aumento de liquidez no sistema
Como fica?	Opção extra de captação, acessível a todas as instituições associadas ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Permitirá grandes captações com a garantia do FGC, limitada a R\$ 20 milhões por titular	Os maiores bancos poderão recomprar maior volume de suas próprias letras financeiras. O limite passa a ser 20%	O BC vai atuar como doador de recursos por meio de operações compromissadas, por prazo de até um ano, para garantir liquidez em longo prazo, suprimindo a demanda de famílias e empresas.	Os bancos deixam de ser obrigados a deduzir do seu capital os efeitos tributários das operações de over hedge. O objetivo é permitir uma folga de capital, uma vez que a desvalorização do câmbio levaria a perdas. Folga de capital ampliada em R\$ 46 bilhões	Empréstimo com lastro em Letras Financeiras Garantidas
Ato	Resolução CMN 4785	Resolução CMN 4.788	Circular BCB Nº 3990 DE 18/03/2020	Resolução CMN 4.784	Resolução CMN 4.795
IMPACTO FISCAL	-	-	-	-	-
IMPACTO ECONÔMICO	Até expansão de R\$ 200 bilhões no crédito	Até R\$ 30 bilhões	R\$ 50 bilhões	Até expansão de R\$ 520 bilhões no crédito	Potencial de liberação de R\$ 670 bilhões
status/como acessar	Em vigor	Em vigor	Em vigor	Em vigor	Em vigor



Medidas Banco Central do Brasil

Liberação de Liquidez e de Capital: R\$ 2,7 trilhões

Medida	Autoriza contrato de swap de moedas entre o Banco Central do Brasil e o Federal Reserve Bank of New York
Como é?	Autorizado o montante agregado de até US\$ 30 bilhões, em operações realizadas até 1º de fevereiro de 2010
Como fica?	Autoriza linha de swap com NY FED no montante de US\$ 60 bilhões para operações realizadas até 30/09/2020. Aumenta capacidade do BC para prover liquidez em dólares
Ato	Resolução CMN 4794
IMPACTO FISCAL	-
IMPACTO ECONÔMICO	Até US\$ 60 bilhões
status/como acessar	Em vigor

Obrigado!

#TODOS POR TODOS

gov.br/todosportodos

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL